

Merkel no PE

A Europa deve manter-se unida para fazer face a estes desafios, disse **Merkel**, salientando que a solidariedade se baseia na tolerância, sendo esta a força da Europa: “Faz parte do nosso ADN europeu comum e significa a ultrapassagem dos egoísmos nacionais”.

ver pág.6

Energias renováveis

Os Eurodeputados aprovaram a **nova legislação europeia sobre as energias renováveis**, a eficiência energética e a governação da União da Energia. As novas regras, estabelecem uma meta vinculativa de 32% de energia proveniente de fontes renováveis a nível da União Europeia (UE) para 2030 e um objetivo de eficiência energética de 32,5%.

ver pág.3

Orçamento pós-2020

O PE definiu as suas **prioridades para o orçamento da UE** para 2021-2027. Os eurodeputados defendem, entre outras medidas, a **manutenção do financiamento da política de coesão** da UE-27, pelo menos, ao nível do orçamento de 2014-2020 em termos reais e a duplicação dos recursos para combater o **desemprego dos jovens**.

ver pág.9

em destaque:

Telecomunicações:

✓ **Chamadas mais Baratas**

✓ **Alerta para catástrofes**

As **novas regras para o setor das telecomunicações** limitam o **preço das chamadas intra-UE**, requerem a **criação de um sistema de alerta para emergências** e promovem a implantação das redes 5G.

Esta reforma, já acordada entre o Parlamento Europeu (PE) e os governos nacionais, facilita também a mudança de operador, **melhora a proteção dos utilizadores** de serviços prestados através da Internet (Skype, WhatsApp, etc) e prevê medidas para salvaguardar a segurança, incluindo a encriptação.

Uma das novidades da legislação aprovada pelo PE é a introdução de um limite máximo para o preço das chamadas intra-UE (entre Estados-Membros). Esta medida complementa a abolição, em junho do ano passado, das sobretaxas de roaming.

A partir de 15 de maio de 2019, o **preço das chamadas móveis** ou fixas efetuadas do país de residência do consumidor para outro país da UE **será limitado a 19 cêntimos por minuto**. O limite máximo para as **mensagens de texto (SMS)** no interior da UE será de **seis cêntimos por mensagem**.

A criação de um sistema de alerta ao público em caso de **grandes emergências e catástrofes** iminentes ou em curso, como catástrofes naturais ou atentados terroristas, **passará a ser obrigatória** em todos os Estados-Membros.

ver pág.7

Índice

Abertura da sessão: Presidente do PE assinala centenário do armistício.....	3
PE aprova metas para renováveis e eficiência energética até 2030.....	3
Merkel: Não ao nacionalismo e egoísmo	6
Filme “<i>Woman at War</i>” vence Prémio Lux do Parlamento Europeu.....	6
Chamadas intra-UE mais baratas e sistema de alerta para catástrofes.....	7
Orçamento da UE pós-2020: PE pronto para negociar com os Estados-Membros.....	9
PE aprova metas para a redução das emissões de CO2 dos camiões.....	12
Parlamento Europeu reforça direitos dos passageiros de comboio.....	13
Ordem da sessão.....	15

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: Presidente do PE assinala centenário do armistício

O presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani, assinalou hoje, na abertura da sessão plenária, o centenário do armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial.

“A história é uma grande professora, mas nós nem sempre conseguimos aprender a lição”, disse Antonio Tajani na sua intervenção. O presidente do PE lamentou os “egoísmos e o confronto entre povos”, defendendo que é necessário “resolver os problemas através de debates políticos e não nos campos de batalha”. Tajani felicitou ainda os países que nasceram após o conflito.

Na abertura da sessão plenária de 12 de novembro, Antonio Tajani lembrou também as dezenas de vítimas causadas pelo mau tempo em várias regiões da Itália, salientando que a UE está disponível para ajudar o país através dos meios de proteção civil e do Fundo de Solidariedade da UE. O presidente do PE apelou para que sejam redobrados os esforços para combater as alterações climáticas, em especial na próxima cimeira do clima da ONU (COP 24), que terá lugar em Katowice, na Polónia.

Asia Bibi, uma cristã paquistanesa condenada por blasfémia e detida durante oito anos, está agora a salvo, congratulou-se o presidente do PE, informando a assembleia de que está em contacto com as autoridades paquistanesas para assegurar que Asia Bibi se mantenha em segurança e em liberdade.

Alterações à agenda

O debate sobre o caso de Asia Bibi e a situação das minorias religiosas no Paquistão, agendado para quarta-feira, foi adiado para uma sessão posterior.

Parlamento Europeu aprova metas para renováveis e eficiência energética até 2030

Os Eurodeputados aprovaram a nova legislação europeia sobre as energias renováveis, a eficiência energética e a governação da União da Energia.

As novas regras, já acordadas entre o Parlamento Europeu (PE) e os Estados-Membros, estabelecem uma meta vinculativa de 32% de energia proveniente de fontes renováveis a nível da União Europeia (UE) para 2030 e um objetivo de eficiência energética de 32,5%.

Estas metas deverão ser revistas em alta até 2023, caso tal seja necessário para respeitar os compromissos internacionais da UE em matéria de descarbonização ou caso tal se justifique em virtude de uma redução significativa do consumo de energia na União.

A revisão da diretiva relativa às energias renováveis visa ajudar à transição da Europa para fontes de energias limpas, como a energia eólica, solar, hidroelétrica, das marés, geotérmica e da biomassa.

No caso dos transportes, a quota das renováveis deverá representar, pelo menos, 14% até 2030.

Os biocombustíveis convencionais serão limitados à escala da UE a um máximo de 7%, com limites máximos adicionais por Estado-Membro se estiverem abaixo dessa percentagem. A contabilização dos biocombustíveis com um elevado risco de alteração indireta do uso do solo (como o óleo de palma) será congelada aos níveis de 2019 e gradualmente eliminada a partir de 2023 até 2030.

A diretiva inclui também disposições sobre os consumidores e as comunidades que produzem energias renováveis. Estes terão o direito de produzir energia renovável para consumo próprio e de armazenar e vender o excesso de produção.

Os consumidores com instalações de pequena dimensão (máximo de 30 kW), para autoconsumo doméstico, ficarão isentos de quaisquer taxas ou encargos.

As fontes de energia renovável em Portugal em 2017 foram a eólica com 21,6% do total (um incremento face aos 20,7% de 2016), a hidroelétrica com 13,3% (uma queda face aos 28,1 % de 2016), a bioenergia com 5,1% (idêntico a 2016), a energia solar com 1,6% (um aumento face aos 1,4% registados em 2016), a energia geotérmica com 0,4% (um incremento face aos 0,3% de 2016) e um pequeno contributo da energia das ondas nos Açores.

Medidas para aumentar a eficiência energética

Cada Estado-Membro fixará as contribuições indicativas nacionais de eficiência energética para as metas da UE para 2030.

A diminuição das necessidades energéticas dos edifícios e a melhoria da eficiência dos aparelhos são algumas das medidas previstas para ajudar os consumidores a reduzir o consumo de energia e a baixar o preço das suas faturas.

A disponibilização de modos de transporte de baixo consumo de energia nas redes de transportes públicos ajudará também a reduzir o consumo energético.

A diretiva relativa à eficiência energética estipula, pela primeira vez, que os Estados-Membros terão de tomar em conta a necessidade de aliviar a precariedade energética nas medidas estratégicas necessárias para cumprir as suas obrigações. A pobreza energética afeta cerca de 50 milhões de agregados familiares da UE.

A melhoria da eficiência energética ajudará a UE a reduzir a dependência das importações de energia provenientes de países terceiros, a melhorar a qualidade do ar e a lutar contra as alterações climáticas.

Planos nacionais em matéria de energia e clima

O regulamento relativo à governação da União da Energia, também incluído no pacote “*Energia Limpa*”, define o modo como os Estados-Membros irão colaborar entre si e com a Comissão Europeia para atingir os objetivos da UE, em especial as metas para as energias renováveis e a eficiência energética e os objetivos a longo prazo em matéria de emissões de gases com efeito de estufa.

Cada Estado-Membro terá de elaborar um plano nacional em matéria de energia e clima, o qual incluirá as metas nacionais, os contributos, as estratégias e as medidas para cada uma das cinco dimensões da União da Energia: a descarbonização, a eficiência energética, a segurança energética, o mercado interno da energia, bem como a investigação, a inovação e a competitividade.

O prazo para a apresentação dos planos nacionais em matéria de energia e clima é 31 de dezembro de 2019.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho(PPE) *“O importante desenvolvimento previsto no mercado das energias renováveis a nível mundial constitui uma oportunidade fundamental para as nossas empresas e para a criação de emprego na União Europeia. É necessário aproveitar e promover a base de conhecimento tecnológico, estrutura industrial e profissionais qualificados, que permitiu desempenhar um papel importante no desenvolvimento pioneiro destas tecnologias a nível mundial.*

A utilização de fontes de energia renováveis contribui também para aumentar a interdependência energética da União, reforçando a segurança energética e tornando-nos menos vulneráveis em relação a fornecedores de energia externos. Desde a adopção da actual Directiva, o avanço tecnológico e a redução dos custos de algumas tecnologias geraram novas formas de gestão da energia, que permitem colocar o consumidor no centro da política energética. É importante integrar estas novas formas de participação no sistema energético e promovê-las. Neste sentido a nova Directiva deve não só permitir o desenvolvimento do autoconsumo e das comunidades produtoras e consumidoras de energias renováveis, mas também promovê-las activamente, impedindo que sejam discriminadas ou que tenham de enfrentar procedimentos ou encargos desproporcionados.”

“A União da Energia tem de reconhecer o desafio que representa o aquecimento global e estabelecer um sistema robusto de governação para cumprir os seus compromissos no âmbito do Acordo de Paris. O presente relatório, que contou com o meu apoio, defende a adopção de um orçamento de carbono adequado para a UE, que calcule a quantidade máxima de gases de efeito de estufa que a UE pode ainda emitir dentro dos limites que nos permitem viver num mundo em que as alterações climáticas se limitem ao aumento de 1,5°C de temperatura até ao fim do século. Por outro lado, a Comissão deverá dar resposta ao aspecto mais ignorado no âmbito das políticas climáticas: o metano. A União deve considerar rapidamente as devidas opções políticas e criar uma estratégia abrangente para o metano. O orçamento de carbono e as estratégias para o metano devem ser a base de um planeamento de longo prazo viável para 2050. Com vista a manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C, deve ser implementada uma economia de emissões nulas, de alta eficiência energética e totalmente baseada em energia de fontes renováveis, o mais tardar, até 2050.”

“O princípio da «prioridade à eficiência energética» é um elemento essencial da União da Energia. A eficiência energética deve ser considerada uma fonte de energia em si. É uma das formas mais eficazes, em termos de custos, de apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e gerar crescimento, emprego e oportunidades de investimento. O presente relatório defende uma redução de 47% das emissões de gases com efeito estufa na UE até 2030, em relação aos níveis de 1990, o que nos permitirá atingir facilmente o nosso objectivo de 40% de redução prevista no Acordo de Paris. Devemos continuar a envidar esforços para atingir a neutralidade carbónica até 2050 e manter o nosso empenho na eficiência energética para além de 2030. Pretende-se igualmente reduzir as importações de energia de forma significativa até 2050, o que permitirá poupar no período 2021-2030, 288 mil milhões de euros, economia essa que deverá acentuar-se até 2050.

Tendo em conta que entre 50 e 125 Milhões de pessoas da UE estão expostas ao risco de pobreza energética, os Estados-Membros devem dar atenção especial aos agregados familiares afectados pela pobreza energética e à habitação social.”

Carlos Zorrinho (S&D) “Chegámos aqui, após um grande trabalho de equipa. Saúdo todos os relatores, também a Comissão e o Conselho. Mas agora a questão-chave é convocarmos para esta equipa os poderes nacionais, os poderes regionais, os cidadãos.

Esta é uma grande oportunidade estratégica, para a economia, para o ambiente, para a qualidade de vida. Temos de concretizar. Como correlator-sombra da Governação da União da Energia queria deixar uma palavra muito especial à minha colega Theresa Griffin, que me acompanhou num trabalho estimulante de reforço da dimensão inclusiva, sustentável e inovadora da nova política energética europeia.

Destaco alguns resultados que nesse regulamento estão plasmados. São incorporadas metas sectoriais. Podem não ter sido as mais ambiciosas, mas é importante cumpri-las: 32,5% na eficiência energética, 32% nas energias renováveis em 2030.

A execução dos planos a dez anos, a comparabilidade desses planos, o abranger as cinco dimensões da União da Energia é muito importante. Já estamos a dar passos na descarbonização dos transportes, é por aí que temos de continuar, e devemos pugnar por

uma governação participada, estabelecendo um diálogo multilateral e exigindo uma mobilização muito forte da sociedade civil.

Saliento também a introdução das estratégias a longo prazo, com a estratégia do clima, para podermos alinhar o progresso com o Acordo de Paris. E também a transição justa. É muito importante que os cidadãos, as regiões, sintam que há um sentido de justiça na transição energética, de ganho para todos de forma justa, reforçando a cooperação regional entre os Estados-Membros e entre estes e a União.

Senhor Comissário, caros colegas, acredito que amanhã aprovaremos este pacote com uma clara maioria, mas isso não é o ponto de chegada, isso é o ponto de partida. Agora é preciso que cada um faça a sua parte, com urgência e com empenho, com o mesmo entusiasmo com que trabalhamos neste pacote no Parlamento Europeu.”

Merkel no PE: Nacionalismo e egoísmo não podem ter de novo lugar na Europa

A chanceler alemã, Angela Merkel, participou no ciclo de debates no Parlamento Europeu (PE) sobre o futuro da Europa.

“A tolerância é a alma da Europa e um valor essencial básico da ideia europeia”, afirmou Angela Merkel perante os eurodeputados e o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker. Na sua intervenção no hemiciclo de Estrasburgo, a chanceler alemã referiu os numerosos desafios enfrentados pela UE, como a dívida pública, o terrorismo, os conflitos na vizinhança, a migração, a digitalização e as alterações climáticas.

A Europa deve manter-se unida para fazer face a estes desafios, disse Merkel, salientando que a solidariedade se baseia na tolerância, sendo esta a força da Europa: *“Faz parte do nosso ADN europeu comum e significa a ultrapassagem dos egoísmos nacionais”.*

A chanceler alemã apoiou a criação de um verdadeiro exército europeu, complementar à NATO, para *“mostrar ao mundo que nunca mais haverá guerra entre os países europeus”.*

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhora Chanceler, quero dar-lhe as boas vindas a este debate sobre o futuro da Europa. Debater o futuro da Europa é responder aos anseios de 500 milhões de cidadãos, mas é também defender o planeta, o futuro do planeta, a sua sustentabilidade, o combate às desigualdades, menos pobreza, melhores acordos comerciais. Muitas vezes estive em desacordo consigo, mas sei que é uma europeísta convicta e uma profunda defensora dos valores europeus. Sei que sabe que a União Europeia, para ser forte no mundo, tem de ser coesa e convergente internamente. Para isso, precisamos, Sra. Chanceler, de sermos ambiciosos e tornarmos a zona euro uma zona monetária equilibrada e com recursos próprios. Disse aqui: a tolerância é a alma da Europa, mas se a tolerância é a alma da Europa, a convergência é o seu corpo. O que é que vai fazer, Sra. Chanceler, para ajudar a reformar a zona euro e a reforçar o orçamento europeu?”*

Filme “Woman at War” vence Prémio de Cinema Lux do Parlamento Europeu

O vencedor do Prémio Lux 2018 é “Woman at War”, uma coprodução entre a Islândia, a França e a Ucrânia, anunciou o presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani.

Numa cerimónia realizada no hemiciclo de Estrasburgo, o presidente do PE disse: *“Os filmes finalistas abordam três temas-chave para o futuro da Europa: os riscos associados ao nacionalismo extremo, a urgência de agir para salvar o meio ambiente e a necessidade de encontrar respostas coerentes e coesas para a questão da migração. Diferindo em género e*

assunto, estes filmes têm um ponto importante em comum: contam histórias de mulheres fortes que estão determinadas a mudar o status quo”.

“*Woman at War*”, do realizador islandês Benedikt Erlingsson, conta a história de Halla, uma ecologista de 50 anos em Reiquiavique que decide enfrentar a indústria do alumínio num ato de justiceira solitária em prol da defesa do ambiente e contra o aquecimento global. Começa então a sabotar as linhas de alta tensão para paralisar a fábrica, mas a notícia de que foi aceite para adoção de uma criança na Ucrânia abala os seus planos.

Os outros dois filmes finalistas da 12ª edição do Prémio Lux eram “*The Other Side of Everything*”, de Mila Turajlic (Sérvia, França, Catar), e “*Styx*”, de Wolfgang Fischer (Alemanha, Áustria).

O Parlamento Europeu financia a legendagem dos filmes finalistas do Prémio Lux nas 24 línguas oficiais da UE. O filme vencedor, que é escolhido pelos eurodeputados, é também adaptado para as pessoas com incapacidades visuais ou auditivas.

Contexto

O Prémio Lux foi criado pelo Parlamento Europeu em 2007 para promover a produção cinematográfica europeia, fomentando a distribuição de filmes europeus e estimulando o debate em torno de temas atuais. Todos os anos, são nomeados três finalistas entre os filmes europeus cujo conteúdo verse a atualidade da integração europeia e temáticas controversas.

O vencedor do ano passado foi o filme “*Sámi Blood*”, da realizadora sueca Amanda Kernell (uma coprodução entre a Suécia, a Noruega e a Dinamarca).

Entre os filmes finalistas do Prémio Lux, Portugal marcou presença, em edições anteriores, com “*Belle Tourjours*”, de Manoel de Oliveira, e com “*Tabu*”, de Miguel Gomes.

Parlamento Europeu aprova chamadas intra-UE mais baratas e sistema de alerta para catástrofes

As novas regras para o setor das telecomunicações limitam o preço das chamadas intra-UE, requerem a criação de um sistema de alerta para emergências e promovem a implantação das redes 5G.

Esta reforma, já acordada entre o Parlamento Europeu (PE) e os governos nacionais, facilita também a mudança de operador, melhora a proteção dos utilizadores de serviços prestados através da Internet (Skype, WhatsApp, etc) e prevê medidas para salvaguardar a segurança, incluindo a encriptação.

Limite dos preços das chamadas no interior da UE

Uma das novidades da legislação aprovada pelo PE é a introdução de um limite máximo para o preço das chamadas intra-UE (entre Estados-Membros). Esta medida complementa a abolição, em junho do ano passado, das sobretaxas de roaming.

A partir de 15 de maio de 2019, o preço das chamadas móveis ou fixas efetuadas do país de residência do consumidor para outro país da UE será limitado a 19 cêntimos por minuto. O limite máximo para as mensagens de texto (SMS) no interior da UE será de seis cêntimos por mensagem.

Estes limites significam uma redução dos custos para os consumidores em vários países europeus.

Sistema de alerta ao público em situações de emergência

A criação de um sistema de alerta ao público em caso de grandes emergências e catástrofes iminentes ou em curso, como catástrofes naturais ou atentados terroristas, passará a ser obrigatória em todos os Estados-Membros.

Todos os países da UE terão de criar um sistema para enviar alertas por telemóvel ou aplicação móvel (“app”) aos cidadãos que se encontrem nas áreas geográficas potencialmente afetadas. Este sistema de “112 invertido” terá de estar em funcionamento, o mais tardar, três anos e meio após a entrada em vigor da diretiva que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas.

Ligações mais rápidas à Internet

Os Estados-Membros deverão disponibilizar novas bandas de frequência para as redes 5G, que permitirão ter ligações mais rápidas à Internet e uma maior conectividade em toda a Europa.

As novas regras preveem medidas para assegurar uma maior coordenação das disponibilidades de espetro de radiofrequências na UE até 2020 por forma a implementar redes fixas e sem fios de muito alta velocidade no contexto do 5G. O objetivo é que todos os cidadãos europeus tenham acesso, em ambiente interior e exterior, aos débitos de banda larga mais rápidos até 2020.

A fim de promover o investimento, os Estados-Membros deverão fornecer aos operadores uma previsibilidade regulamentar por num período de pelo menos vinte anos no que respeita ao licenciamento do espetro para a banda larga sem fios.

Os automóveis inteligentes, as cidades, o setor da energia, a indústria, a saúde, o setor bancário, o ensino, a investigação, os serviços públicos, entre outros, têm necessidades acrescidas em termos de conectividade e de comprimentos de onda, o que implica redes fixas e móveis de capacidade muito elevada.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O setor das comunicações eletrónicas evoluiu significativamente na última década e o seu papel enquanto promotor da economia em linha ganhou relevância. As estruturas de mercado evoluíram, os monopólios de mercado tornaram-se cada vez mais limitados e a conectividade tornou-se uma característica amplamente disseminada na vida económica. Apoio o Relatório del Castillo que estipula um conjunto abrangente de novas regras para o setor das comunicações eletrónicas, que abrange a implantação rápida e alargada das redes 5G e de outras tecnologias da próxima geração em toda a Europa, maior proteção dos consumidores através, por exemplo, da facilitação de mudança de operador, melhor proteção às pessoas que subscrevem serviços agregados e fixação de um limite máximo para o preço das chamadas internacionais na UE. Os consumidores beneficiarão em toda a Europa de um nível de proteção semelhante e mais elevado no que respeita aos serviços de comunicações eletrónicas. Foram concebidas exceções específicas à plena harmonização para garantir que o nível de proteção não baixe em nenhum país. Regozijo-me com a criação de um sistema de alerta em caso de catástrofes naturais ou atentados terroristas, obrigatório em todos os Estados-Membros, e com as melhorias consagradas no que respeita ao Número de Emergência Europeu 112.”*

Marisa Matias (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, esta legislação relativa ao código apresenta, de facto, elementos muito positivos. Gostaria de salientar alguns, entre eles a independência das autoridades reguladoras nacionais, um sistema de comunicações eletrónicas mais eficaz e mais regulado (isso é fundamental), maiores garantias para os consumidores, sobretudo no que diz respeito a comunicações sobre taxas relacionadas com as comunicações entre os diferentes países, maior velocidade e 5G, mas precisamos também de garantir o acesso igualitário, precisamos de garantir que tudo isto chega a todos os cidadãos. Há ainda dimensões que têm a ver, por exemplo, com as questões de*

atualização das regras das telecomunicações e com a resposta que é necessário dar à conectividade entre os diferentes cidadãos e nos diferentes países. Estamos a falar de um pacote que procura seguramente modernizar as atuais regras de telecomunicação, mas nada disto pode ser feito apenas com base na concorrência. Já foi aqui referida a necessidade da regulação e queria chamar a atenção para uma outra questão que me parece fundamental: as comunicações são uma área muito sensível e, portanto, não é apenas de infraestrutura de código que estamos a falar, mas também daquilo que podem ser as ameaças à manutenção e à gestão das comunicações. Por isso, temos de garantir que se mantém a possibilidade de resgatar sempre para o setor público as redes básicas de prestação de serviços de comunicações, como, por exemplo, as redes de gestão de emergências ou, por exemplo, a Proteção Civil ou o sinal audiovisual. Isto é fundamental para impedirmos que alguns desastres possam acontecer nas nossas comunicações.”

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, Senhor Comissário, o objetivo político assumido deste pacote legislativo das telecomunicações é o de criar o grande e liberalizado mercado europeu das telecomunicações. O organismo regulador das comunicações eletrónicas da União Europeia, ao qual a Comissão Europeia pretendia atribuir o estatuto de agência, foi criado para ajudar a configurar as orientações técnicas e políticas tendentes à conclusão deste grande mercado aberto e liberalizado. São óbvias as contradições entre os interesses dos Estados-Membros, sobretudo de alguns Estados-Membros, e o interesse dos que pretendem um setor das comunicações totalmente liberalizado, afastando o que consideram ser os incómodos interesses nacionais. Recorde-se que este era um setor público, dominado por empresas públicas em vários países europeus, público porque estratégico e, porque estratégico, público deve voltar a ser. São bem visíveis os prejuízos decorrentes da privatização e liberalização para as populações, para os interesses nacionais, para o interesse público; benefícios só mesmo para as multinacionais do setor, que promovem e beneficiam da concentração monopolista à escala europeia. Este é um caminho que deve ser revertido e não aprofundado.”*

Orçamento da UE pós-2020: PE pronto para negociar com os Estados-Membros

O Parlamento Europeu (PE) definiu as suas prioridades para o orçamento da União Europeia (UE) para 2021-2027, incluindo o nível de financiamento para cada política e programa da UE.

Os eurodeputados defendem, por exemplo, a manutenção do financiamento da política de coesão da UE-27, pelo menos, ao nível do orçamento de 2014-2020 em termos reais e a duplicação dos recursos para combater o desemprego dos jovens.

O PE lamenta a falta de progressos a nível dos Estados-Membros, apelando a que o orçamento pós-2020 seja inscrito no topo da agenda do Conselho para que seja ainda possível alcançar um acordo antes das eleições europeias de maio de 2019.

Os eurodeputados aumentam o orçamento consagrado à investigação e à inovação, às PME e à luta contra as alterações climáticas. A migração, a defesa e a segurança deverão receber igualmente um financiamento adequado para que a UE possa fazer face aos novos desafios, afirmam.

A assembleia europeia, propõe, por exemplo:

- manter o financiamento da política de coesão e da política agrícola comum (PAC) da UE-27, pelo menos, ao nível do orçamento de 2014-2020 em termos reais;
- duplicar os recursos para combater o desemprego dos jovens no Fundo Social Europeu (FSE+) e o financiamento específico para as PME;

- reforçar em 10% o nível do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, em conformidade com a sua nova missão ligada à economia azul;
- aumentar o orçamento consagrado ao programa Horizonte Europa para 120 mil milhões de euros a preços de 2018 (a Comissão Europeia propunha 83,5 mil milhões);
- aumentar a dotação do Fundo InvestEU e o nível de financiamento das infraestruturas de transportes através do programa do Mecanismo Interligar a Europa;
- triplicar o orçamento atual para o programa Erasmus +;
- fixar a contribuição da UE para os objetivos em matéria de clima em, pelo menos, 25% das despesas durante a vigência do quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-2027 e em 30% o mais rapidamente possível.

O nível do QFP 2021-2027 deve ser fixado em 1.324.1 mil milhões de euros, o que representa 1,3% do rendimento nacional bruto (RNB) da UE-27 (contra os 1,1% propostos pela Comissão), “a fim de assegurar o nível necessário de financiamento para as políticas fundamentais da UE que lhes permita cumprir a sua missão e objetivos”, defende o PE.

Novos recursos próprios permitiriam reduzir as contribuições nacionais

O PE reitera a posição anteriormente defendida sobre a introdução de um cabaz de novos recursos próprios, sem aumentar os encargos fiscais para os cidadãos.

A introdução de novos recursos próprios deve ter um duplo objetivo: em primeiro lugar, conseguir uma redução substancial da percentagem das contribuições dos Estados-Membros baseadas no RNB e, em segundo lugar, garantir o financiamento adequado das despesas da UE no âmbito do QFP pós-2020.

Os novos recursos próprios resultariam, por exemplo, da tributação das grandes sociedades do setor digital, de uma percentagem do rendimento do regime de comércio de licenças de emissão e de uma contribuição baseada na quantidade de embalagens de plástico não recicladas.

O PE recorda que as receitas e as despesas serão tratadas como um pacote único nas próximas negociações, avisando que não será possível chegar a acordo sobre o QFP se, paralelamente, não forem obtidos progressos sobre os novos recursos próprios da UE.

Próximos passos

A resolução foi aprovada em plenário por 429 votos a favor, 207 contra e 40 abstenções.

As negociações oficiais sobre o QFP 2021-2027 só podem começar depois de os Estados-Membros acordarem um mandato de negociação no Conselho, o que ainda não aconteceu.

Os eurodeputados esperam que *“seja alcançado um bom acordo antes das eleições de 2019 para o Parlamento Europeu, a fim de evitar graves reveses para o lançamento dos novos programas devido à adoção tardia do quadro financeiro, como aconteceu no passado”*.

Depois de acordado, o QFP necessita da aprovação do PE para poder entrar em vigor.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE) *“Senhora Presidente, queria cumprimentar o Senhor Comissário, a representante do Conselho, todas as colegas e todos os colegas. O Parlamento está unido e há aqui uma grande heterogeneidade, mesmo dentro de cada grupo. Temos uma posição maioritária, fizemos o nosso trabalho de casa. O Conselho não*

está pronto, o Parlamento está pronto para começar as negociações. Se o Conselho demorar, há o risco da interrupção de programas, como Erasmus+, os pagamentos diretos aos agricultores, os apoios às pequenas e médias empresas, os apoios aos investigadores, à inovação, o apoio às regiões, para a coesão social, para a coesão territorial. Senhora representante do Conselho, senhora representante do Conselho, tenho uma pergunta para a senhora representante do Conselho, mas ela não está a ouvir o debate.”

Carlos Coelho (PPE) *”Nos termos do artigo 311.º do TFUE, a União deve dotar-se dos recursos necessários para atingir os seus objetivos e para implementar as suas políticas. O atual Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2014-2020 demonstrou rapidamente a sua inadequação face a uma série de crises, novos compromissos internacionais e novos desafios políticos não integrados e/ou previstos no momento da sua adoção. Nesse sentido, o próximo QFP 2021-2027 deve dotar a União dos recursos necessários para impulsionar o crescimento económico sustentável, a investigação e a inovação, capacitar os jovens, responder eficazmente aos desafios da migração, combater o desemprego, a pobreza persistente e a exclusão social, reforçar ainda mais a coesão económica, social e territorial, assegurar a sustentabilidade, lutar contra a perda de biodiversidade e as alterações climáticas, reforçar a segurança e a defesa da UE, proteger a sua fronteira externa e apoiar os países vizinhos. O Parlamento manifesta a sua oposição contra qualquer redução nas políticas consagradas nos tratados, e tão relevantes para Portugal, como a política de coesão, a política agrícola comum e a política das pescas. Pelo exposto, apoio o presente relatório. “*

Maria João Rodrigues (S&D) *“Senhora Presidente, aqui no Parlamento Europeu queremos um orçamento voltado para o futuro e capaz de responder, ao longo dos próximos anos, aos novos desafios. Alterações climáticas, revolução digital, mas também combater a desigualdade social e reduzir a pobreza. Precisamos de instrumentos fortes para apoiar a coesão económica e social na União Europeia. Isto quer dizer um fundo regional, financiando infraestruturas de futuro; isto quer dizer um fundo social, implementando o Pilar Social em todo o lado. Mas também quer dizer que, na zona euro, temos de introduzir novos instrumentos que ainda não existem e que acabem com a divergência económica e social que tem tido enormes custos políticos. A zona euro precisa, como todas as zonas monetárias do mundo, de uma união bancária que garanta que os investidores, as pequenas e médias empresas têm condições equiparáveis de acesso ao crédito para lançar novos projetos e, acima de tudo, precisa de um orçamento da zona euro que apoie instrumentos de futuro, bons serviços públicos, a aposta na educação e na formação, sem a qual não há futuro. O caso português é altamente ilustrativo. Com o Governo socialista, mudámos a política económica, retomámos o crescimento do emprego, mas sabemos perfeitamente que o nosso esforço só pode surtir efeito e garantir prosperidade mais sólida se for apoiado por esta reforma da zona euro que não pode mais ser atrasada.”*

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, esta proposta de Quadro Financeiro Plurianual, com cortes na Política Agrícola Comum, cortes na Política de Coesão e um aumento nas rubricas de segurança e defesa, não é nenhum acidente de percurso. Insere-se numa linha de continuidade que vem do passado e revela, de forma eloquente, o código genético desta União Europeia e a sua matriz liberal e militarista. Esta proposta de QFP não é boa nem para Portugal nem para a Europa. Para além dos cortes que incluem os apoios às regiões ultraperiféricas dos Açores e da Madeira, vamos ter um reforço da condicionalidade macroeconómica, atrelando a Política de Coesão ao Semestre Europeu. Vamos ter um aumento brutal do cofinanciamento dos Estados nacionais e vamos ter também um maior predomínio dos instrumentos financeiros. Ou seja, esta proposta, longe de compensar os impactos do Mercado Único e das políticas do euro nas economias periféricas, irá reforçar as assimetrias entre países, reforçando os mais ricos à custa dos mais pobres. Esta é a solidariedade da União Europeia.”*

Parlamento Europeu aprova metas para a redução das emissões de CO2 dos camiões

Os Eurodeputados definiram metas para a redução das emissões de CO2 dos veículos pesados até 2030.

O Parlamento Europeu (PE) propõe um objetivo de redução de 35% das emissões dos veículos pesados novos até 2030, acima dos 30% propostos pela Comissão Europeia, e uma meta intermédia de 20% para 2025.

Os fabricantes terão de assegurar que os veículos pesados sem emissões ou com baixas emissões representem 20% da quota de mercado em 2030 e 5% em 2025.

Apesar de as emissões de CO2 dos veículos pesados, isto é, camiões, autocarros e camionetas, representarem 25% das emissões de CO2 geradas pelo transporte rodoviário na UE, não estão atualmente reguladas a nível europeu.

As alterações aprovadas na comissão parlamentar do Ambiente que estabeleciam objetivos vinculativos para autocarros urbanos sem emissões (50% em 2025 e 75% em 2030) não passaram em plenário.

Medidas para mitigar o impacto social

A fim de contribuir para uma transição justa para a mobilidade sem emissões ou com baixas emissões, os eurodeputados querem que os montantes das taxas cobradas aos fabricantes por excesso de emissões sejam utilizados para completar as medidas destinadas a promover o desenvolvimento de competências ou a reafecção dos trabalhadores no setor automóvel nos Estados-Membros, em especial nas regiões e nas comunidades, mais afetados pela transição.

Avaliação das emissões de CO2

O PE quer que a Comissão Europeia apresente, antes de 2020, os planos para um ensaio de emissões de CO2 em condições reais.

Até 2022, a Comissão deve também estudar a possibilidade de desenvolver uma metodologia para a avaliação das emissões de CO2 ao longo de todo o ciclo de vida dos veículos pesados. Com base nessa avaliação, o executivo comunitário deve propor, se for adequado, o estabelecimento de obrigações de comunicação de informações para os fabricantes.

Próximos passos

A proposta emendada, aprovada em plenário por 373 votos a favor, 285 contra e 16 abstenções, terá ainda de ser negociada com o Conselho da UE, onde estão representados os governos nacionais, para se alcançar um acordo sobre a legislação final.

Em 3 de outubro, o PE aprovou a sua posição sobre a redução das emissões dos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros. As negociações com o Conselho já estão a decorrer.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhora Presidente, quando fui membro da comissão de inquérito do Parlamento Europeu para as emissões do setor automóvel houve um número que me marcou particularmente. Quatrocentos mil cidadãos europeus morrem prematuramente por ano devido à má qualidade do ar. Por isso, a descarbonização dos transportes é um imperativo de cidadania, por razões económicas, ambientais e de saúde pública.*

Os veículos pesados são responsáveis por 6% do total de emissões de dióxido de carbono na UE. Temos de ter uma quota significativa de veículos pesados novos de baixas emissões para reduzir em 35% as emissões desse setor.

É um desafio para a indústria europeia desenvolver, produzir e comercializar na Europa e fora dela veículos pesados sem emissões ou com baixas emissões. A investigação nesse sentido deve ser incentivada e apoiada, mas não basta apoiar a indústria. Uma percentagem elevada de operadores de transporte mercadorias da União Europeia são PME. É essencial disponibilizar também uma estrutura de incentivos robusta para os apoiar.

Não podemos ficar para trás. Temos de ambicionar liderar nas tecnologias inovadoras de redução de emissões nos transportes para cumprirmos Paris, mas, sobretudo, para melhorarmos a qualidade de vida dos cidadãos europeus.”

Parlamento Europeu reforça direitos dos passageiros de comboio

Os eurodeputados alteraram a legislação europeia sobre os direitos dos passageiros ferroviários.

O texto aprovado pelo Parlamento Europeu (PE) introduz melhorias em matéria de indemnização em caso de atraso ou cancelamento, de informação aos passageiros, de tratamento das queixas e de assistência a pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência.

Esta proposta atualiza o regulamento relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, que entrou em vigor em 2009.

À semelhança do que acontece no transporte aéreo, fluvial e rodoviário, os passageiros que viajam de comboio têm direito a informação, reservas e bilhetes, assistência e indemnização em caso de atraso ou anulação, assistência livre de encargos para as pessoas portadoras de deficiência e para as pessoas com mobilidade reduzida, indemnização em caso de acidente e ao tratamento das reclamações.

Indemnizações aos passageiros em caso de atrasos

O PE propõe que as indemnizações mínimas sejam de 50% do preço do bilhete em caso de atrasos de 60 a 90 minutos (acima dos 25% propostos pela Comissão Europeia), 75% em caso de atrasos de 91 a 120 minutos e 100% em caso de atrasos iguais ou superiores a 121 minutos.

Se um passageiro receber bilhetes separados para uma viagem única ou para uma viagem combinada que inclua uma sucessão de serviços ferroviários explorados por uma ou mais empresas ferroviárias, os seus direitos à informação, assistência e indemnização serão equivalentes aos que decorrem de um bilhete único e abrangem a totalidade da viagem ou da viagem combinada, desde a partida até ao destino final, esclarece a assembleia europeia.

A proposta da Comissão Europeia previa que as empresas ferroviárias ficariam isentas da obrigação de compensar os passageiros pelos atrasos causados por circunstâncias extraordinárias. O PE eliminou essas disposições.

Aplicação mais uniforme das regras na UE

Os eurodeputados defendem a eliminação antecipada das isenções temporárias utilizadas por alguns Estados-Membros, entre os quais Portugal, para não aplicar algumas das regras de 2009 aos serviços domésticos de transporte ferroviário de passageiros. O PE quer que estas isenções terminem, o mais tardar, um ano após a entrada em vigor do regulamento revisto.

A assembleia europeia quer também que estas regras se apliquem aos serviços ferroviários urbanos.

Assistência a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

As pessoas portadoras de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida têm direito a assistência gratuita. Nas estações em que o tráfego seja superior a 10.000 passageiros por dia não será necessária qualquer notificação prévia, segundo o texto aprovado pelo PE. Nas estações com um tráfego diário compreendido entre 2000 e 10.000 passageiros, esse período de notificação será reduzido para, no máximo, três horas.

Bicicletas nos comboios

Os passageiros devem ter direito a transportar bicicletas nos comboios, incluindo nos comboios de alta velocidade e de longa distância, bem como nos comboios transfronteiriços e locais. Todos os comboios de passageiros novos ou renovados devem, o mais tardar dois anos após a entrada em vigor desta legislação, incluir uma zona designada, devidamente assinalada, para o transporte de bicicletas montadas, com uma capacidade mínima para oito bicicletas, diz o texto parlamentar.

Próximos passos

A proposta emendada, aprovada em plenário por 533 votos a favor, 37 contra e 47 abstenções, terá ainda de ser negociada com o Conselho da UE, onde estão representados os governos nacionais, para se alcançar um acordo sobre a legislação final. Os Estados-Membros ainda não chegaram, no entanto, a uma posição sobre esta proposta.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O sector ferroviário sofreu grandes alterações nas últimas duas décadas, tendo-se assistido à reestruturação dos operadores estabelecidos. Uma das grandes conquistas foi precisamente o estabelecimento de um quadro jurídico para a protecção dos direitos dos passageiros no âmbito da política geral da UE para os direitos dos consumidores. Apoio o Relatório Liberadzki que vem reformular o Regulamento 1371/2007 tornando-o mais atractivo para os consumidores, reforçando os requisitos de informação aos passageiros e criando maior certeza jurídica para os operadores do sector. Defendo a necessidade de serviços de transporte ferroviário de passageiros de elevada qualidade, acessíveis e fiáveis, mais acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida sendo garantida aos consumidores a possibilidade de recorrer a mecanismos de resolução de litígios e aos organismos nacionais de execução. Devem, de igual modo, ser reduzidas as isenções ao Regulamento concedidas por alguns Estados-Membros aos seus operadores para melhorar as infraestruturas negligenciadas /desactualizadas.”*

Ordem do dia 12 a 15 Novembro de 2018

► Segunda-feira, 12 de Outubro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Debate conjunto - Pacote Energia Limpa

Eficiência energética - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0391/2017)*

Governança da União da Energia - *Relatório: Michèle Rivasi, Jakop Dalunde (A8-0402/2017)*

Promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis (reformulação) - *Relatório: José Blanco López (A8-0392/2017)*

Plano plurianual relativo às unidades populacionais de pequenos pelágicos no mar Adriático e às pescarias que exploram essas unidades populacionais - *Relatório: Ruža Tomašić (A8-0337/2018)*

Inundações na Europa - *Declaração da Comissão*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Normas mínimas relativas às minorias na UE - *Relatório: József Nagy (A8-0353/2018)*

Digitalização para o desenvolvimento: reduzir a pobreza através da tecnologia - *Relatório: Bogdan Brunon Wenta (A8-0338/2018)*

Ajuda da UE ao desenvolvimento no domínio da educação - *Relatório: Vincent Peillon (A8-0327/2018)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 13 de Outubro

09:00 - 11:50

Relatório intercalar sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 - Posição do Parlamento com vista a um acordo - *Relatório intercalar: Jan Olbrycht, Isabelle Thomas, Janusz Lewandowski, Gérard Deprez (A8-0358/2018)*

12:00 - 14:00 - VOTAÇÃO

Mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Letónia - *Relatório: Inese Vaidere (A8-0357/2018)* 3

Ajuda da UE ao desenvolvimento no domínio da educação - *Relatório: Vincent Peillon (A8-0327/2018)*

Eficiência energética - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0391/2017)*

Governança da União da Energia - *Relatório: Michèle Rivasi, Jakop Dalunde (A8-0402/2017)*

Promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis (reformulação) - *Relatório: José Blanco López (A8-0392/2017)*

Plano plurianual relativo às unidades populacionais de pequenos pelágicos no mar Adriático e às pescarias que exploram essas unidades populacionais - *Relatório: Ruža Tomašić (A8-0337/2018)*

Estado de direito na Roménia - *Proposta de resolução*

Normas mínimas relativas às minorias na UE - *Relatório: József Nagy (A8-0353/2018)*

Digitalização para o desenvolvimento: reduzir a pobreza através da tecnologia - *Relatório: Bogdan Brunon Wenta (A8-0338/2018)*

15:00 - 17:30

Debate com a Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, sobre o Futuro da Europa

17:30 - 23:00

Debate conjunto - Acordos de Associação da UE com a Geórgia e a Moldávia

Aplicação do Acordo de Associação entre a UE e a Geórgia - *Relatório: Andrejs Mamikins (A8-0320/2018)*

Aplicação do Acordo de Associação entre a UE e a Moldávia - *Relatório: Petras Auštrevičius (A8-0322/2018)*

Exportação de armas: aplicação da Posição Comum 2008/944/PESC - *Relatório: Sabine Lösing (A8-0335/2018)*

Atribuir competências às autoridades da concorrência e garantir o bom funcionamento do mercado interno - *Relatório: Andreas Schwab (A8-0057/2018)*

Regulamentação das moedas virtuais e das ofertas iniciais de moedas - *Declaração da Comissão*

Apoio dos Estados-Membros da UE ao Pacto Global das Nações Unidas para a Migração - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Vistos humanitários - *Relatório: Juan Fernando López Aguilar (A8-0328/2018)*

► **Quarta-feira, 14 de Outubro**

09:00 - 11:20

Debate conjunto - Pacote das telecomunicações

Código Europeu das Comunicações Eletrónicas - *Relatório: Pilar del Castillo Vera (A8-0318/2017)*

Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas - *Relatório: Evžen Tošenovský (A8-0305/2017)*

Normas de desempenho em matéria de emissões de CO2 dos veículos pesados novos - *Relatório: Bas Eickhout (A8-0354/2018)*

11:30 - 12:00

Discurso de Cyril Ramaphosa, Presidente da República da África do Sul

12:00 - 12:30

(Entrega do Prémio LUX)

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Relatório intercalar sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 - Posição do Parlamento com vista a um acordo - *Relatório intercalar: Jan Olbrycht, Isabelle Thomas, Janusz Lewandowski, Gérard Deprez (A8-0358/2018)*

Regras dos auxílios estatais: novas categorias de auxílio estatal - *Relatório: Sander Loones (A8-0315/2018)*

Exportação de armas: aplicação da Posição Comum 2008/944/PESC - *Relatório: Sabine Lösing (A8-0335/2018)*

Atribuir competências às autoridades da concorrência e garantir o bom funcionamento do mercado interno - *Relatório: Andreas Schwab (A8-0057/2018)*

Código Europeu das Comunicações Eletrónicas - *Relatório: Pilar del Castillo Vera (A8-0318/2017)*

Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas - *Relatório: Evžen Tošenovský (A8-0305/2017)*

Normas de desempenho em matéria de emissões de CO2 dos veículos pesados novos - *Relatório: Bas Eickhout (A8-0354/2018)*

Necessidade de um amplo mecanismo para a democracia, o primado do Direito e os direitos fundamentais - *Propostas de resolução*

Aplicação do Acordo de Associação entre a UE e a Geórgia - *Relatório: Andrejs Mamikins (A8-0320/2018)*

Aplicação do Acordo de Associação entre a UE e a Moldávia - *Relatório: Petras Auštrevičius (A8-0322/2018)*

Vistos humanitários - *Relatório: Juan Fernando López Aguilar (A8-0328/2018)*

15:00 - 23:00

Reforçar a resiliência da UE contra a influência de intervenientes externos na próxima campanha eleitoral do PE - Debate sobre temas de atualidade (artigo 153.º-A do Regimento)

Direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários - *Relatório: Bogusław Liberadzki (A8-0340/2018)*

Poluentes orgânicos persistentes - *Relatório: Julie Girling (A8-0336/2018)*

Independência das autoridades estatísticas na União Europeia e o caso de Andreas Georgiou - *Declarações do Conselho e da Comissão*

A segurança europeia e o futuro do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermédio - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Reação à caravana de migrantes oriundos da América Central na fronteira mexicana - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Efeitos extraterritoriais para as empresas europeias das sanções impostas pelos Estados Unidos da América ao Irão - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

► **Quinta-feira, 15 de Outubro**

09:00 - 11:50

Prestação de cuidados na UE para uma igualdade de género melhorada - *Relatório: Sirpa Pietikäinen (A8-0352/2018)*

Doença de Lyme (borreliose) - *Pergunta oral (O-000088/2018 - B8-0417/2018) 10*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Vietname, em especial a situação dos presos políticos

A situação dos direitos humanos em Cuba

A situação dos direitos humanos no Bangladeche

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia - *Relatório: Enrique Calvet Chambon (A8-0355/2018)*

Direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários - *Relatório: Bogusław Liberadzki (A8-0340/2018)*

Poluentes orgânicos persistentes - *Relatório: Julie Girling (A8-0336/2018)*

Prestação de cuidados na UE para uma igualdade de género melhorada - *Relatório: Sirpa Pietikäinen (A8-0352/2018)*

Doença de Lyme (borreliose) - *Proposta de resolução*

15:00 - 16:00 Interpelações extensas

Papel do serviço alemão de assistência social à juventude (Jugendamt) em litígios familiares transfronteiriços - *Declaração da Comissão*